

**PL 714/26**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

**Constituição Federal;**

Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 — Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 — Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 — Dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo; institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo; e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 — Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 — Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima — PNMC — e dá outras providências.

Lei Federal nº 14.993, de 8 de outubro de 2024 — Dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e sobre a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o ProBioQAV, o Programa Nacional de Diesel Verde e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano; altera outras leis e revoga dispositivo da Lei nº 10.438/2002.

Lei Federal nº 15.082, de 30 de dezembro de 2024 — Altera a Lei nº 13.576/2017, relativa à Política Nacional de Biocombustíveis — RenovaBio — para incluir os produtores independentes de matéria-prima destinada à produção de biocombustível, e altera a Lei nº 9.478/1997.

Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997 — Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Lei Estadual nº 12.675, de 13 de julho de 2007 — Dispõe sobre a proteção e a defesa dos consumidores de combustíveis, na forma que especifica.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO  
PROCURADORIA**

Lei Estadual nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008 — Estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores — IPVA.

Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009 — Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas — PEMC.

Lei Estadual nº 17.473, de 16 de dezembro de 2021 — Altera as Leis nº 13.296/2008, relativa ao IPVA; nº 6.374/1989, relativa ao ICMS; e nº 17.293/2020, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas; e dá outras providências.

Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990.

Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 — Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009 — Institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 15.499, de 7 de dezembro de 2011 — Institui o Auto de Licença de Funcionamento Condicionado e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.997, de 27 de maio de 2014 — Estabelece a política municipal de incentivo ao uso de carros elétricos ou movidos a hidrogênio e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 — Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Lei Municipal nº 16.802, de 17 de janeiro de 2018 — Dá nova redação ao art. 50 da Lei nº 14.933/2009, relativo ao uso de fontes motrizes de energia menos poluentes e menos geradoras de gases de efeito estufa na frota de transporte coletivo urbano do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.878, de 29 de dezembro de 2022 — Dispõe sobre a cassação da licença de funcionamento de empresas e postos de combustíveis condenados pela prática de cartel.

Lei Municipal nº 18.225, de 15 de janeiro de 2025 — Altera o caput do art. 50 e os incisos III e IV do § 6º do mesmo artigo da Lei nº 14.933/2009, com redação dada pela Lei nº 16.802/2018, e dá outras providências.

- PL 237/2026 Dispõe sobre a proibição de veiculação de publicidade e propaganda relacionada a combustíveis fósseis em espaços públicos no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 106/2026 Dispõe sobre a obrigatoriedade de clareza na exibição de preços dos combustíveis automotivos nos Postos Revendedores localizados no Município de São



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
PROCURADORIA

Paulo, regula a diferenciação de preços por meios de pagamento ou programas de fidelidade, estabelece sanções e dá outras providências.

- PL 1218/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de preços de combustíveis em formato igualitário, evidente e visível, nos postos de abastecimento do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 1218/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de preços de combustíveis em formato igualitário, evidente e visível, nos postos de abastecimento do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 59/2024 "Disciplina sobre a forma de publicidade nos postos de combustível em proteção ao consumidor, e fixa outras providências."
- PL 662/2024 Institui o Programa Municipal de Redução de emissão de gases do efeito estufa (GEE) e incentivo ao Uso e Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono no Município de São Paulo.
- PL 584/2021 Dispõe sobre a forma de publicidade dos preços nos postos de combustíveis e dá outras providências.
- PL 402/2021 Altera o previsto no artigo 6 da Lei Municipal n.º 15.997, de 27 de maio de 2014, que dispõe sobre a política municipal de incentivo ao uso de carros elétricos ou movidos a hidrogênio, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 16 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz  
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia  
OAB/SP 155.068